



*Teoria do feixe e teoria do substrato: uma análise acerca do problema da individuação e da co-instanciação entre propriedades como fundamentação metafísica do objeto singular*

CARVALHO, R. L. S. S.

**TEORIA DO FEIXE E TEORIA DO SUBSTRATO:**  
*uma análise acerca do problema da individuação e da co-instanciação entre propriedades como fundamentação metafísica do objeto singular*

*Rafael Luís da Silva Sastre de Carvalho<sup>1</sup>*

**RESUMO:** A *teoria do feixe* é a teoria que afirma que os indivíduos são constituídos por conjuntos de propriedades. Um conjunto de propriedades *w* composto pelos membros *F*, *G* e *H* constituem assim o que chamamos de *feixe*. A noção de indivíduo promovida ao longo do século XVII compreende o particular como uma categoria ontológica primordial. É mais precisamente em Locke que esta noção é formalizada enquanto uma teoria do *substrato*. Locke afirma que as qualidades sensíveis não se dão sem o indivíduo e por isso ele é ontologicamente prioritário. Ao passo que essas qualidades não podem ocorrer sozinhas, Locke atribui à constituição do indivíduo primordial o conceito de *substrato*. Aquilo que seria o *sustentáculo* (cabide) das propriedades unidas no *objeto singular*. Meu principal objetivo neste artigo é desenvolver a teoria da copresença (*compresence*) de Russell (1872-1970) partindo de uma análise atômica de propriedades. Em primeiro lugar, apresentarei como a individuação lockeana é objetada por Hume (1711-1776) através de uma *prototeoria* do *feixe*. Em seguida, apresento brevemente três versões da teoria do feixe propostos por Van Cleve (1984). Logo após, irei defender a teoria da *copresença* de Russell como uma teoria plausível acerca do feixe lidando com três principais objeções de Van Cleve junto à noção de feixes de feixe de Casullo (1987). Assim sendo, apresento dois ataques ao problema das Esferas de Black: o primeiro ataque provê uma solução para a individuação através da concepção de universais imanentes. O segundo ataque gira em torno de uma objeção a qual chamarei de “*objeção da verificabilidade ato/objeto*”.

**Palavras-chave:** Teoria do feixe, propriedades, Princípio de identidade, universais.

**INTRODUÇÃO: O QUE É UMA TEORIA DO *SUBSTRATO* E O QUE É UMA TEORIA DO *FEIXE*?**

Na história da filosofia o problema da fundamentação do indivíduo tem se colocado frente aos filósofos como uma das questões fulcrais da epistemologia. A grande questão emerge assim que buscamos compreender, por exemplo, a natureza da relação entre este indivíduo (ou, objetos singulares) e suas propriedades. É partir da análise da natureza dessa relação que duas principais propostas filosóficas se revelam. A saber, a teoria que compreende

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Fronteira Sul.



Artigo publicado em acesso aberto sob a licença Creative Commons Attribution 4.0 International Licence.



*Teoria do feixe e teoria do substrato: uma análise acerca do problema da individuação e da co-instanciação entre propriedades como fundamentação metafísica do objeto singular*

CARVALHO, R. L. S. S.

o indivíduo como *substrato* e a segunda teoria que compreende o indivíduo enquanto um *feixe* de propriedades. Começemos pela definição da primeira. Uma teoria do *substrato*, de modo geral, é uma teoria que afirma que o objeto particular, o indivíduo ou o objeto singular é, uma substância<sup>2</sup> metafisicamente prioritária. Locke no *Ensaio acerca do entendimento humano*, nos apresenta seu modelo de teoria do *substrato* o qual afirma que, o indivíduo deve ser composto por uma aglutinação de ideias simples de qualidades sensíveis.

O *substrato* de Locke é compreendido como uma espécie de “cola”, que une as ideias simples captadas pelos nossos sentidos. Isto faz com que, este *substrato* tenha também uma espécie de *grounding* metafísico. Uma vez que, segundo Locke, as propriedades não podem existir sozinhas, tampouco umas nas outras (até porque esta é exatamente a afirmação de uma teoria do *feixe* a qual veremos posteriormente), Locke nos diz que o *substrato* seria uma espécie de sustentáculo das propriedades associadas ao indivíduo. Outra forma de ilustrar a teoria lockeana do *substrato* é a partir do exemplo dado por Sider (2006), o qual propõe que entendamos o substrato de Locke como uma espécie de “cabide” na qual as roupas, ou seja, as propriedades, são penduradas. Locke não deixa claro, de fato, como se poderia demonstrar tal substrato. Mas podemos concluir que a sugestão de Locke parece apontar para uma ideia de uma espécie de suporte de propriedades as quais a substância as conecta ou sustenta.

[...] Por conseguinte, quando mencionamos ou pensamos em qualquer espécie particular de substâncias corporais, como cavalo, pedra, etc., embora nossa ideia de qualquer uma delas seja apenas a compilação ou coleção de várias ideias simples de qualidades sensíveis que costumamos encontrar unidas na coisa denominada "cavalo" ou "pedra", e, ainda, porque não podemos imaginar subsistir sozinhas, nem uma na outra, supomos que existem ou são sustentadas por algum substrato geral, cujo suporte denominamos substância, mesmo sendo evidente que não possuímos nenhuma ideia clara e distinta disto que conjecturamos como suporte (LOCKE, 1999, livro 2, cap. 23, §4, p.124).

Locke ao definir o ente nesses termos (qualidades sensíveis ‘+’sustentáculo – o que podemos entender também tradicionalmente como substância pelo conjunto) pretende assegurar, acima de tudo que o indivíduo particular é algo irrepetível. E, portanto, é nele – e apenas

---

<sup>2</sup> O termo *substância* é sabidamente um termo bastante espinhoso na tradição filosófica. Não é meu objetivo aqui, no entanto, realizar uma investigação acerca do mesmo. Aponto como *substância* o que a tradição aristotélica e que até mesmo Locke costuma apontar como ente fundamental.



*Teoria do feixe e teoria do substrato: uma análise acerca do problema da individuação e da co-instanciação entre propriedades como fundamentação metafísica do objeto singular*

CARVALHO, R. L. S. S.

neste indivíduo – que as qualidades se tornam presentes. O fato de Locke dizer que o substrato deve se dar anteriormente ao indivíduo não faz com que o próprio indivíduo se torne secundário. O que na realidade Locke está nos dizendo é que o indivíduo não pode ser reduzido às suas propriedades. O substrato neste sentido, não é o particular, e sim antes de tudo algo incognoscível o qual os predicados se “ligam” para formarem as coisas.

O Substrato de Locke compõe o indivíduo junto com suas qualidades. Essa posição, no entanto, é aparentemente problemática. Mas, ao menos é possível compreender o propósito de tal argumentação. Locke está dizendo, em suma, que, se a primazia metafísica se dá no indivíduo, ou seja, se ele é ontologicamente prioritário e as qualidades não se dão sem o indivíduo, logo não se é possível pensar que, o indivíduo possui apenas qualidades (ou propriedades). Porque senão teríamos que admitir em última instância que o que faz na realidade o indivíduo são as propriedades ligadas a ele. Não o contrário. Deve haver algo ainda mais básico que o indivíduo que consiga aglutinar as propriedades neste indivíduo. Assim seu estatuto ontológico permanece intacto e primitivo através do substrato que é encarregado de 'colar' tais propriedades nesse ente primário. Ou seja, forma-se uma película que separa qualidades que são a composição do ente, do próprio ente. Isto faz com que este mesmo ente não precise existir em função de suas qualidades, mas ao contrário, faz com que as qualidades existam em função do ente. O substrato então é compreendido como uma “cola” invisível que captura as qualidades sensíveis para se ligarem ao indivíduo, já que as qualidades sensíveis não podem existir sozinhas.

Um exemplo também muito interessante apresentado por Homero Damo (2017) ilustra bem como poderíamos compreender o posicionamento de um teórico do substrato como Locke. Ele afirma que, a propriedade da tonalidade marrom, por exemplo, se encontra “colada” no substrato que compõe o indivíduo “grão de café”. O mesmo também se dá com as demais propriedades desse grão de café. A propriedade de ser duro, a propriedade de ser amargo na boca, a propriedade de possuir certo peso e daí em diante. Todas essas qualidades estão, segundo Locke, “coladas” no substrato que fundamenta esse indivíduo em questão. No-



*Teoria do feixe e teoria do substrato: uma análise acerca do problema da individualização e da co-instanciação entre propriedades como fundamentação metafísica do objeto singular*

CARVALHO, R. L. S. S.

temos que é a concepção de substrato que impede que o indivíduo seja reduzido às suas qualidades citadas acima. Isto porque Locke parece defender que o indivíduo é um “núcleo duro”, desnudo de qualquer propriedade, mas que está suportado por essa película capaz de compô-lo enquanto uma substância inteira. Em outras palavras, não seriam as qualidades o *grounding* metafísico dos indivíduos, e sim o substrato junto ao indivíduo que se aglutinam como substância. No entanto, a ideia de substância se mostra muitas vezes confusa e até mesmo obscura através de Locke.

A ideia, pois, que temos, à qual damos o nome geral "substância", sendo nada senão o suposto, mas desconhecido, suporte dessas qualidades que encontramos existindo, as quais imaginamos não poder subsistir *sine re substante* "sem algo para sustentá-las". Denominamos este suporte *substantia*, que, segundo o verdadeiro significado desta palavra, é, em inglês "o que está sob" ou "sustentado". (LOCKE, 1999, livro 2, cap. 23, §2, p. tradução Homero Damo).

Algo na leitura da própria formulação da teoria se mostra prontamente ambíguo e confuso. Logo, podemos compreender que o *substrato* é essa substância entendida como um suporte metafísico das qualidades do indivíduo. Substância enquanto ente e.g., *pedra, cavalo, rio* e o próprio substrato parecem se confundir terminologicamente uma hora ou outra. A crítica de McCann aponta mais ou menos para esse problema.

Nesta interpretação, Locke está apresentando uma explicação de uma ideia que temos da substância em geral, que é derivada das ideias simples fornecidas pela sensação e pela reflexão, mas que, dadas as vicissitudes dessa derivação, é desesperadoramente e irremediavelmente confusa e obscura (McCANN, 2001, p. 94).

Bolton (1976) a chama de “uma noção por si mesma obscura e muitas vezes dita como mal orientada”. Talvez uma melhor distinção entre o conceito de substrato e substância seja encontrado nas propostas de Sider (2006) e Armstrong (1978, 1989).<sup>3</sup> A teoria do substrato apesar de salvaguardar a forma como tradicionalmente compreendemos na filosofia o indivi-

---

<sup>3</sup> Ambos filósofos, partem da ideia de que existem dois tipos de particulares. *Thin particular* (particular fino) e *thick particular* (particular gordo). Sider (2006) sustenta que, um *thin particular* seria um particular magro compreendido como substrato. Enquanto que o *thick particular* o indivíduo composto de substrato e propriedades.



*Teoria do feixe e teoria do substrato: uma análise acerca do problema da individuação e da co-instanciação entre propriedades como fundamentação metafísica do objeto singular*

CARVALHO, R. L. S. S.

duo – sustentada por um discurso *sujeito-predicado* – ainda apresenta muitos problemas. Vejamos agora, como a teoria do *feixe* se desenvolve enquanto uma opção teórica mais simples e, principalmente, o que ela nos diz sobre a fundamentação do indivíduo.

A teoria do *feixe* é originalmente conhecida por *bundle theory*. O termo “bundle” no inglês possui muitas traduções possíveis para a língua portuguesa. Podemos traduzir a palavra “bundle” por cacho, maço, pacote, fardo, embrulho e demais termos que nos dê a noção de uma espécie de “conjunto” ou “aglomeração”. A palavra “feixe”, foi a palavra escolhida pelos filósofos de língua portuguesa por melhor representar, tanto filosoficamente quanto estilisticamente, a ideia de *pacote de propriedades*. A escolha estética faz ainda mais sentido quando pensamos no exemplo do próprio feixe de luz que, é constituído pelo conjunto de fótons, sendo os fótons as partículas que compõe a própria luz. Notem que a partir dessa mesma definição, ainda que simples, conseguimos compreender que o feixe de luz não pode ser um sujeito metafisicamente prioritário. Sem a existência prioritária do aglomerado de propriedades – os fótons – não há feixe de luz. E o ponto ainda mais forte do argumento é que o feixe de luz é nada mais que o conjunto de fótons. O sujeito “feixe de luz”, neste sentido, não é primordial. E esta é exatamente a afirmação da teoria do feixe. Portanto, para o teórico do feixe, a fundamentação do indivíduo se dá por uma aglomeração de propriedades e não há nenhum ente metafisicamente prioritário que não seja as próprias qualidades que compõe um indivíduo. Sendo assim, os particulares são inteiramente constituídos pelas qualidades que instanciam. Logo, particulares são apenas feixes de propriedades e nada mais.

Podemos afirmar o BT (Bundle theory) como:

*Necessariamente, para cada particular x e cada entidade y, y constitui x Sse y é uma propriedade e x instancia y.*

Adiante, falarei como a teoria do feixe tem seu início em Hume (1711-1776) através de uma prototeoria do feixe. Ela se dá a partir da crítica à noção de substância lockeana que pretende dissolver o *self* (eu). Isso parece colocar em xeque, conseqüentemente, o discurso *sujeito-predicado* que assegura linguisticamente uma ontologia substância-atributo. A prototeoria de Hume, portanto, retira a primazia desse sujeito e transfere essa prioridade ontológica



às qualidades instanciadas por esse indivíduo. Logo, esse sujeito não é ontologicamente independente de suas propriedades, como quis Locke, por exemplo.

**1. Uma prototeoria do feixe: A diluição do ‘self’ em Hume em objeção à substância lockeana.**

A prototeoria do feixe de Hume é um passo importante para o que virá a ser uma das discussões mais centrais acerca do indivíduo e suas propriedades. Como visto anteriormente, Locke propõe uma noção de indivíduo que se torna problemática à medida que essa substância presente na teoria do filósofo se mostra cada vez mais ininteligível. Isto porque, por vezes, sua conceituação pode ser confusa e, também, obscura em sua definição. Mas para endereçarmos corretamente a crítica de Hume, primeiro é necessário expor com mais clareza a proposta de Locke. Para desfazer os possíveis problemas de definição de substância e substrato apontados acima, comecemos por compreender a função de substância. A substância é comumente entendida na história da filosofia, grosso modo, como aquilo que há de permanente nas coisas que se alteram. Digamos que eu tenha frio hoje, e ontem tenha sentido muito calor.

O sujeito “eu” colocado neste cenário, parece não apenas ter estados diferentes como também ser coisas distintas – se atendermos ao *Princípio* de Leibniz (PII)<sup>4</sup>. Se não há algo que possamos fixar como imutável neste indivíduo, podemos concluir que, com a passagem do tempo e com as diferentes mudanças do seu ambiente, este indivíduo não seja nada além de sucessões de acidentes. E esta conclusão é bastante problemática uma vez que, quando eu me percebo com frio hoje e me lembro do calor de ontem, não parece ser o caso de me perceber como outra pessoa, ou como outro indivíduo. Pelo contrário, parece ainda mais intuitivo afirmar um “Eu” imutável, sob estados distintos. Esses estados ou propriedades, portanto, são entendidos como qualidades das quais o sujeito se predica. Neste sentido, a forma

---

<sup>4</sup> Afirma que se  $x$  e  $y$  compartilham todas as suas propriedades,  $x$  e  $y$  são idênticos. O oposto dessa afirmação – em caso de  $x$  e  $y$  não compartilharem as mesmas propriedades – deriva-se a conclusão de que  $x$  e  $y$  são na realidade duas coisas e não a mesma.



*Teoria do feixe e teoria do substrato: uma análise acerca do problema da individualização e da co-instanciação entre propriedades como fundamentação metafísica do objeto singular*

CARVALHO, R. L. S. S.

“*S é P*” parece capturar linguisticamente uma estrutura ontológica *substância-atributo*. Este posicionamento acerca da substância tem sido caro à filosofia. Justamente porque parece validar epistemologicamente nossas afirmações acerca da realidade: o carro é vermelho, a estrela é brilhante, o livro é retangular, a mesa é dura etc. Em outras palavras, o posicionamento de Locke muito tem a ver com a forma como interpretamos ao longo da tradição filosófica o fator da particularidade das coisas em oposição às suas propriedades (Armstrong, 1976).

Essa visão assemelha-se – e não por total coincidência – à postura aristotélica acerca do sujeito, na qual admite-se o suporte através do qual a matéria torna-se forma. É, portanto, na substância que se dão os atributos. O mesmo se dá em Locke. Locke admite um indivíduo imutável enquanto substância ontologicamente prioritária mais as suas qualidades que captamos como ideias predicando-as do sujeito. Notemos que, para Locke, não existem qualidades secundárias presentes nos objetos. É através das ideias formadas pelos dados sensíveis que somos capazes de afirmar que *S* possui a propriedade *P*. Da mesma maneira, Locke irá admitir que a substância é o suporte das qualidades que captamos pela ideia. É somente através da abstração das qualidades sensíveis que somos capazes de realizar a distinção entre a particularidade das coisas e suas propriedades. E quanto ao *substrato*? Podemos compreender o substrato da seguinte forma: aquilo que é entendido como *substantia*, e se diz estar 'sob algo' ou, no inglês *uphold*. Ou seja, o próprio suporte das qualidades. Sendo assim, a substância seria o suporte de um substrato geral que, por sua vez, se encarrega de sustentar as qualidades presentes nas coisas particulares.

Portanto, conclui-se que as propriedades não possuem poderes (*causal power*) para formarem um indivíduo e, por isso, forma a noção de *substrato*: aquilo que podemos entender como o *sustentáculo* + *propriedades*. Essa união sustenta-se, por sua vez, pela substância que se une ao indivíduo primário. Logo, se a sentença “Aristóteles é filósofo” assere algo na realidade, está implícito que a propriedade “ser filósofo” faz parte de uma classe ou categoria que não seria possível sem os indivíduos que são filósofos. Ademais, a mesma propriedade “ser





*Teoria do feixe e teoria do substrato: uma análise acerca do problema da individualização e da co-instanciação entre propriedades como fundamentação metafísica do objeto singular*

CARVALHO, R. L. S. S.

filósofo” parece não constituir nada *sine re substante*<sup>5</sup>. Poderíamos dizer então que a qualidade “ser filósofo” está firmada anteriormente num substrato geral constituído por “ente” + “a propriedade de fazer parte da categoria de x”. Parece que até aqui conseguimos compreender de modo mais direto como a teoria do substrato de Locke se consolida, buscando esclarecer de maneira mais objetiva como o conceito de substância e substrato se mostram em Locke. Porém, o mesmo Locke admite que não possuímos nenhuma ideia clara e distinta disto que conjecturamos como suporte. Logo, qualquer tentativa de explicar a natureza de tal suporte seria mera especulação. No fim das contas, como bem pontua Armstrong (1976), “substância” no empirismo inglês nada mais é que algo que designa o fator de particularidade de algo. Aquilo que torna *x* único e exclusivamente *x* e não outra coisa. O que Locke faz é hospedar a “substância” no “substrato”. Logo, sua teoria do substrato é, em suma, uma teoria da substância ou da particularidade do indivíduo. Armstrong traduz a substância lockeana, o substrato, por *thin particular* (particular magro). Substrato + propriedades será o que ele denomina por *thick particular* (particular gordo), ainda que o fator de particularidade de Locke ou, o substrato, seja apenas algo apreendido pela mente enquanto ideia, Armstrong argumenta que este suporte das propriedades de coisas é algo misterioso e insatisfatório.

[...] Para ele, o substrato, o fator de particularidade, o particular ‘delgado’, é um mero postulado, mesmo que ele tenha dito que a mente o postula. Ele o chamou de ‘algo que não sei o quê’ que, de maneira misteriosa, sustenta as propriedades das coisas. Foi essa doutrina bastante insatisfatória que levou à desconfiança dos empiristas britânicos em relação à substância. (Armstrong, 1976, p. 60, tradução minha).

Armstrong, no entanto, irá defender uma noção mais sofisticada de substância ou sobre o fator de particularidade do indivíduo. Essa defesa decorrerá justamente da teorização do que ele chama de particulares “gordos” e “delgados” (*thick and thin particulars*). Porém, na gênese teórica lockeana, a fragilidade do conceito de substância enquanto substrato favoreceu o nascimento da teoria do feixe. Isto é também apontado por Armstrong.

Eles estavam realmente reagindo contra o substrato incognoscível de Locke. Isso, por sua vez, criou um clima de opinião favorável à teoria do feixe, que elimina o

---

<sup>5</sup> “*Sem algo para sustentá-las*”





*Teoria do feixe e teoria do substrato: uma análise acerca do problema da individualização e da co-instanciação entre propriedades como fundamentação metafísica do objeto singular*

CARVALHO, R. L. S. S.

substrato ao identificar uma coisa com o conjunto de suas propriedades (Armstrong, 1976, p. 61, tradução minha).

Uma vez melhor identificada a teoria da substância de Locke e seus problemas, nos resta agora compreender como se dá o ataque de Hume. É importante ressaltar como a teoria do substrato de Locke catapulta a discussão acerca da existência de entes particulares para uma prototeoria do feixe. A discussão se se um ente particular metafisicamente independente de suas propriedades é possível não nasce apenas enquanto reação da obscuridade do conceito de substrato lockeano. Como apontou Armstrong “[...] *que elimina o substrato ao identificar uma coisa com o conjunto de suas propriedades*”. Podemos asserir que isto se dá a partir da pergunta: “qual tipo de entidade é independente de outros tipos de entidades?” (Homero, 2017). Tanto a teoria do substrato quanto a teoria do feixe, estarão, em certa medida, preocupadas em identificar os componentes presentes nas coisas singulares. Porém, o questionamento nuclear da teoria do feixe põe em quadro a possibilidade – uma virada anti-intuitiva – de existência ou não das próprias coisas singulares. Por isso, é a partir da investigação de Hume acerca da identidade pessoal que nasce uma prototeoria do feixe. Isto porque Hume por afirmar que o ente que denominamos por *self* é inexistente, nega a particularidade dessa substância, o que, segundo Hume, seria apenas resultado de *percepções* como conexões entre *ideias* geradas por *impressões* sensíveis. Importante ressaltar que Hume restringe-se a crítica da identidade pessoal. Chamamos, portanto, de prototeoria do feixe de Hume devido ao fato de que ela não nasce como uma teoria focada em investigar, de fato, a natureza das propriedades dos objetos singulares. Até porque, Hume está também colocando em observação a existência da *causalidade* que pensamos ser uma relação necessária entre os objetos do mundo físico. E, posteriormente, muitos teóricos do feixe afirmarão que muitas propriedades são ou possuem poderes, dentre os quais podemos admitir a causalidade. Hume está, antes de tudo, interessado em trazer uma noção de indivíduo sem a ideia de substrato. Como consequência, a negação desse ente abstrato compreendido como sustentáculo de propriedades culmina também na negação de um indivíduo singular interno que denominamos *Eu* ou no inglês canonicamente postulado, *self*. Não é difícil pensar porque tal visão inaugurada por Hume se mostra totalmente fora do enquadramento do senso-comum.



*Teoria do feixe e teoria do substrato: uma análise acerca do problema da individuação e da co-instanciação entre propriedades como fundamentação metafísica do objeto singular*

CARVALHO, R. L. S. S.

O contato que possuímos com este ente singular o qual denominamos internamente por “*Eu*” (*self*) parece nos dar a impressão de uma substância imutável. Assim como pontuado inicialmente nessa seção, “*eu*” designa – ou, ao menos, parece designar – algo nuclear bastante forte que podemos expressar numa sentença como, por exemplo, “eu sinto dor”. Veja que, essa substância, até então, entendida como *self* não se origina a partir de um estado de dor. E sim o contrário, é necessário que concebamos uma substância capaz de ser o sustentáculo da dor para ela se ligar ao indivíduo. Pois a dor não se dá isoladamente de uma maneira que ela não seja dor. A própria definição de “dor” nos traz a ideia de sujeito. Ou, a ideia de que ela precisa se conectar com um indivíduo para ser “dor”. Porém, na mesma medida que tal sentença parece apontar para a afirmação do substrato lockeano, ela ao mesmo tempo também parece revelar que um estado *x* possui poder sobre algo que denomino como *eu*. Temos então, uma inversão da identificação do elemento metafísico fundamental da sentença. Esse estado de *dor* seria uma ideia causada por um conjunto de *percepções* que denotam uma espécie ilusória de indivíduo. Ou seja, parece que estamos a ponto de admitir que propriedades que se expressam como predicacões não sejam meras predicacões, mas também poderes.

Há dois aspectos importantes na filosofia de Hume acerca da identidade pessoal. Afirma o filósofo que a ilusão do *self* é decorrente das concepções de *identidade/mesmidade* e *diversidade*. Concepções essas que são fatores responsáveis por nos darem uma espécie, i.e., de *ilusão metafísica (self)*. Explica Hume que *identidade/mesmidade* é a ideia que obtemos de que objeto singular “*permanece invariável e ininterrupto ao longo de uma suposta variação de tempo*” (Hume, 1999, livro 1, parte 4 seção 6, §5, p. 251). E, por conseguinte, a concepção de *diversidade* seria originada a partir da ideia de multiplicidade das coisas presentes no mundo. Notemos que a maneira como Hume organiza sua argumentação nos leva a admitir diretamente que o que pretendemos admitir como algo invariável não é nada além de um aglomerado de *percepções* que se derivam de *impressões* sensíveis e *ideias*. Assim, Hume parte do pressuposto de que as concepções de *identidade* e *diversidade* são, na realidade, mecanismos psicológicos auxiliados pela faculdade da imaginação, por exemplo, na constituição do *self*. Ou



*Teoria do feixe e teoria do substrato: uma análise acerca do problema da individualização e da co-instanciação entre propriedades como fundamentação metafísica do objeto singular*

CARVALHO, R. L. S. S.

seja, o *self* é esse fluxo perpétuo de percepções que se aglomeram formando uma substância ilusória.

[...] Arrisco-me, porém, a afirmar que os demais homens não são senão um feixe ou uma coleção de diferentes percepções, que se sucedem umas às outras com uma rapidez inconcebível, e estão em perpétuo fluxo e movimento [...] não há um só poder na alma que se mantenha inalteradamente o mesmo, talvez sequer por um instante. (HUME, 1999, livro 1, parte 4 seção 6, §4, p.260)

Com isso Hume nos diz que esses dois mecanismos psicológicos compõem a própria noção de identidade. Justamente por que de um lado a *mesmidade* é a ideia de permanência do ente e do outro, a *diversidade*, a ideia de que existe uma pluralidade desses entes. Assim sendo, quando Hume argumenta que é a imaginação uma das faculdades responsáveis por nos fazer admitir a *identidade*, ele inaugura uma nova forma de pensar o indivíduo, ao passo que dilui o substrato lockeano desconstruindo o *self* como indivíduo. Ou seja, Hume ataca uma ideia de sujeito composto por *sustentáculo* + *qualidades* nos dizendo que tal sustentáculo, o fator lockeano da particularidade, não passa de uma ilusão surgida a partir de um fluxo de *percepções* unidas pela *imaginação* do homem, imaginação esta que é construída pelas diversas conexões de *ideias* de *impressões*. Vale destacar que há na filosofia humeana uma distinção também entre ideias: ideias simples e ideias complexas. Ideias complexas não são apenas resultado da conexão entre ideias simples, mas também podem ser resultado de outras conexões de ideias complexas: como a imagem de um unicórnio com asas de morcego, por exemplo. O *self* de Hume se apresenta como resultado dessas conexões entre *ideias* e *impressões*. Se analisarmos a sentença “eu vejo a mesa” podemos admitir que as *impressões* que tenho dessa mesma mesa são suas qualidades imediatas presentes nos meus sentidos. No entanto, quando eu penso que vejo uma mesa à minha frente, eu tenho uma *ideia* enquanto uma cópia da *impressão* da mesa. Se eu deixar de visualizar a mesa, essa *ideia* torna-se uma cópia ainda mais opaca, por assim dizer. Neste sentido, notemos que ao passo que eu penso a mesa pelas suas *impressões*, também penso no *Eu* que está em contato com tais *impressões*. Os mecanismos psicológicos que nos dão a concepção de *identidade/mesmidade* são conexões entre outras *ideias* simples ou complexas. Se admitirmos que quando formo a ideia da sentença “eu vejo a



mesa” existe uma série de conexões de ideias geradas pelas *impressões* que tenho da mesa, temos que admitir o mesmo para o “*eu*” da sentença.

Aqui, o ponto de Hume é ainda mais radical. Logo que analiso a mesma sentença, sob a ótica de Hume, não há um *eu* presente se não enquanto uma *ideia* derivada de outras *ideias* que, por sua vez, se origina das *impressões* que tenho tanto da mesa quanto de qualquer objeto físico ao meu redor, ou seja, o *self* como conjunto de *percepções*. Portanto, reduz-se, deste modo, o indivíduo a uma sucessão de *percepções* de ideias complexas e simples causadas pelas *impressões*. *Impressões* são qualidades sensíveis, qualidades sensíveis são propriedades. Assim sendo, a categoria ontológica fundamental do que chamamos de indivíduo são propriedades. Digo que chamamos de indivíduo, pois Hume através da sua teoria extingue por completo o indivíduo entendido como substância primordial, aceitando apenas as propriedades que formam o feixe. Hume argumenta, no fim das contas, que ideias complexas podem ser separadas, trocadas e misturadas. Isto demonstra que, pelo fato de tais ideias que compõem o feixe poderem ser explicadas separadamente sem a necessidade de uma ideia simples do *eu*, este indivíduo que chamamos de *eu* se mostra ilusório.

Pretendi até aqui dar conta, primeiro, da substância lockeana, e segundo, apresentar o modo como Hume nega a existência de um substrato metafisicamente prioritário com uma prototeoria do feixe. A partir daqui, apresentarei brevemente as três versões contemporâneas da teoria do feixe e logo após a afirmação da teoria *russelliana* da *copresença*.

## 2. Três versões da teoria do feixe

Antes de adentrarmos na teoria do feixe de Russell e analisarmos a objeção de Armstrong, será necessário antes realizar uma rápida distinção. A teoria do feixe, comumente promovida na sua forma mais crua, compreende o indivíduo como um conjunto de propriedades. No entanto, essa visão austera apresenta muitas dificuldades frente a objeções antirrealistas. Isto porque, como bem pontua, Van Cleve (1984), a compreensão de um feixe enquanto um conjunto não forma necessariamente um objeto singular. Van Cleve em seu artigo *three versions of the bundle theory* apresenta seis fortes objeções à visão austera da teoria do feixe, dentre as quais destacam-se tanto o problema do conjunto aleatório de propriedades



*Teoria do feixe e teoria do substrato: uma análise acerca do problema da individualização e da co-instanciação entre propriedades como fundamentação metafísica do objeto singular*

CARVALHO, R. L. S. S.

quanto o problema da identidade (PII). Neste artigo, Van Cleve pretende demonstrar que dentre as três versões da teoria do feixe apresentadas ali, a versão que mais promissora da teoria é aquela que compreende o indivíduo como mera tradução de propriedades. Ou seja, ele reduz a ontologia do objeto singular às suas propriedades. Algo bastante parecido com a prototeoria de Hume e totalmente diferente da compreensão do indivíduo enquanto mero conjunto de propriedades. Podemos dizer que a versão da *copresença* encontra-se no meio termo do espectro da teoria. Poderíamos aponta-la como a segunda versão da teoria do feixe (V2).

Sintetizando, portanto, a contribuição trazida por Van Cleve temos:

(V1): Teoria do feixe “austera” ou “crua”: compreende o indivíduo como mero conjunto de propriedades. Poderíamos chama-la também de versão *conjuntivista* da teoria do feixe. Uma das objeções prontamente levantadas por Van Cleve contra essa versão da teoria do feixe é que cada conjunto de propriedades deve satisfazer as condições para gerar um indivíduo necessariamente. Isto se identificarmos o indivíduo ou uma “coisa” como mera conjunção de propriedades. Ou seja, se cada indivíduo ou “coisa” é um mero conjunto de propriedades –  $\{x,y,z\}$  – logo, todo conjunto de propriedades deveria necessariamente formar um indivíduo. A isso Van Cleve diz:

Objeção 1. Se uma coisa não fosse nada mais do que um conjunto de propriedades, qualquer conjunto de propriedades cumpriria as condições para ser uma coisa, e haveria uma coisa correspondente a cada conjunto. No entanto, na realidade, existem muitos conjuntos sem coisas correspondentes – por exemplo, o conjunto  $\{\text{ser um jacaré}, \text{ser roxo}\}$  (Van Cleve, 1984, p. 95, tradução minha)

A objeção de Van Cleve é simples, porém decisiva. O conjunto apresentado como exemplo  $\{\text{ser um jacaré}, \text{ser púrpuro}\}$ , não forma um indivíduo concreto. O argumento central, assim como bem pontua Homero Damo (2017), é o de que a objeção de Van Cleve à noção *conjuntivista* nos leva a considerar algum elemento a mais do que uma mera junção de propriedades para constituição de um indivíduo. Como diz Home Damo “*a condição de individualidade deve ser mais específica do que a mera criação de conjuntos aleatórios*” (Homero Damo, 2017, p. 47). Não é só porque alguma propriedade faz parte de um conjunto que tal propriedade



*Teoria do feixe e teoria do substrato: uma análise acerca do problema da individualização e da co-instanciação entre propriedades como fundamentação metafísica do objeto singular*

CARVALHO, R. L. S. S.

constitua necessariamente um indivíduo. Portanto, estar presente em um determinado conjunto enquanto uma propriedade não é condição suficiente – talvez nem mesmo necessária como observa Homero Damo – para formação de um indivíduo. Poderíamos, como exemplo, formar um conjunto com propriedades aleatórias e isto não formaria um objeto singular.

(V2): Teoria do feixe da copresença<sup>6</sup>: compreende o indivíduo como resultado de uma relação especial entre propriedades e não um mero conjunto de propriedades. Russell era um realista acerca dos universais. Isto implica dizer que os objetos particulares para ele são redutíveis à relação complexa entre universais. Russell foi um precursor do que chamamos atualmente por atomismo lógico, teoria esta que nos diz que com a análise lógica de proposições obtemos partes da estrutura linguística logicamente indivisíveis. Tal estrutura, dizia Russell, corresponde-se diretamente com objetos da realidade suas propriedades. A partir de Russell, saímos de um discurso *sujeito/predicado* para uma análise *particulares/universais*. Para Russell, os nomes logicamente próprios vão ser reduzidos a termos simples e indecomponíveis, como os pronomes demonstrativos ao se referirem diretamente aos *dados dos sentidos*: este, isto, aquilo etc. Isso se comunica evidentemente com sua teoria do feixe, na qual, intenta demonstrar que um indivíduo *x* não possui nome logicamente próprio, e sim uma relação complexa entre universais que *denotam* o indivíduo por descrições definidas (ou indefinidas). Se nomes logicamente próprios podem ser entendidos como aquilo que se referem a termos simples, e ontologicamente prioritários, podemos entender tais termos como substância. Substância essa que Russell pretende negar decompondo o indivíduo em relações entre universais (ou, propriedades).

Por exemplo, dado exemplo no início do texto da forma *sujeito/predicado*, *substância/atributo*, poderíamos traduzir essa estrutura linguística por *S é P*. Ao que teríamos ao falarmos da categoria dos homens que são mortais:

P1. *Todo homem é mortal*

P2. *Sócrates é homem*

---

<sup>6</sup> i.e., o que Russell chama de "copresença", Goodman chama de "estar-junto-de" e Castañeda de "Consustanciação" (Van Cleve, 1985, p. 97).



*C. Sócrates é mortal*

Atribuímos, assim, ao sujeito ou indivíduo “Sócrates” a qualidade de ser mortal. Para Frege (1848–1925), diferentemente de Russell, o nome “Sócrates” é um nome próprio comum, compreendido como um termo singular e, portanto, indecomponível. Além disso, Sócrates possuía o atributo de ser mortal — ou seja, de ser um homem — e podia ser referido por diferentes *modos de apresentação*, como, por exemplo, “o professor de Platão”. Esse panorama se transforma radicalmente na filosofia de Russell, sobretudo com sua Teoria das *Descrições*. Se quisermos nos referir, por exemplo, a Aristóteles, a formulação proposta por Russell nos levaria a uma notação diferente, como veremos a seguir.

A sentença “Aristóteles foi discípulo de Platão”, por exemplo, seria descrita como:

- a. Há um único  $x$ .
- b. Tal que  $x$  foi autor da *Ética* e Professor de Alexandre, O Grande.
- c. E esse  $x$  foi discípulo de Platão.

Na notação lógica contemporânea, temos:

$W = \text{ser o autor da } \textit{Ética} \text{ e Professor de Alexandre, Magno}$

$S = \text{Ser discípulo de Platão}$

- a.  $(\exists x) Wx$
  - b.  $(\forall x) (Wx \rightarrow (\forall y) \rightarrow y=x)$
  - c.  $(\forall x) (Wx \rightarrow Sx)$
- ou
- $$(\exists x) (Wx \wedge \forall y (Wy \rightarrow y=x) \wedge Sx)$$

Assim que analisamos a estrutura lógica da sentença, logo percebemos que não há uma forma *sujeito/predicado* como é compreendido invariavelmente pelo senso-comum. Traduzindo para a teoria do feixe de Russell, é possível concluir que sua proposta reduz o particular a uma forma complexa de relações entre universais. Ademais, a primeira objeção





de Cleve levantada contra a forma austera da teoria do feixe não impõe dificuldades à versão da *copresença* justamente porque a individuação de uma coisa, depende de uma relação especial de *co-instanciação* que é empiricamente contingente no mundo atual. Logo, o conjunto  $\{\text{jacaré}, \text{púrpura}\}$  pode ser formado, mas não individua nada, pois é uma contingência não haver *co-instanciação* dessas propriedades no mundo atual.

A terceira versão da teoria do feixe (V3) não será exaustivamente discutida aqui. Porém, rudemente, ela compreende o indivíduo como mera tradução de propriedades. Portanto, se mostrará muito mais adequado deixá-la explicada nas próprias palavras de Van Cleve que diz:

A nova teoria do feixe (V3) corresponde a uma ontologia puramente platônica na qual as propriedades são os únicos sujeitos lógicos últimos. Uma linguagem apropriada para essa ontologia consistiria simplesmente em nomes de propriedades mais um sinal para instanciação, digamos um ponto de exclamação. Em vez de " $\exists x (Fx)$ ", o que sugere que há alguma coisa que instancia F, poderíamos ter " $!(F)$ " (F é instanciado); em vez de " $\exists x (Fx \& Gx)$ " poderíamos ter " $!(FG)$ " (F é coinstanciado com G), e em vez de " $\exists x \exists y (Fx \& Fy \& \sim(x=y))$ " poderíamos ter " $!!(F)$ " (F é instanciado pelo menos duas vezes). Essa notação destaca o fato de que, embora as propriedades sejam instanciadas elas não são instanciadas por coisa alguma – nem mesmo por feixes de propriedades (Van Cleve, 1985, p. 104, tradução Damo Homero)

O custo dessa versão apresentada por Van Cleve é o mesmo custo da prototeoria apresentada por Hume, no fim das contas. Van Cleve argumenta que essa versão é capaz de superar todas as suas seis objeções – as quais não trabalharei neste artigo – apresentadas no *three versions of the bundle theory*, porém custando a aniquilação ontológica do *eu*. O que para mim, pessoalmente, não parece tão impactante uma vez que o próprio Hume já havia proposto a mesma coisa muito anteriormente. A seguir, falarei da teoria da *copresença* de Russell.

### 3. Teoria do feixe da *copresença*: *co-instanciações* de universais espaço-temporalmente estruturados

#### 4.1 Afirmando a teoria da *copresença* de Russell

Na obra *Human Knowledge: Its scope and limits*, Russell dedica boa parte da sua obra na



*Teoria do feixe e teoria do substrato: uma análise acerca do problema da individuação e da co-instanciação entre propriedades como fundamentação metafísica do objeto singular*

CARVALHO, R. L. S. S.

teoria da individuação. O filósofo começa por distinguir primeiro o que seria o espaço físico que causa nossa experiência. Ele parte da assunção de que as inferências que fazemos do mundo físico podem ser justificadas pela admissão de uma cadeia causal. Nessa cadeia causal cada membro é uma estrutura complexa ordenada por uma relação espaço-temporal de *copresença*. Russell irá chamar a totalidade de eventos de complexo completo de copresença. Cada parte dessa totalidade constitui o que ele irá chamar de eventos complexos. Ele argumenta que grupos de eventos complexos estruturalmente similares se posicionam ao redor de um centro em regiões não muito separadas. O que aponta para o fato de que todos esses eventos pertencem a linhas causais cuja origem encontra-se num evento central de mesma estrutura. Imaginemos que estamos num estádio de futebol para assistirmos a um evento neste caso, o jogo de futebol. Poderíamos, a partir da assunção de Russell, afirmar que jogo de futebol é um evento central que reúne diversos outros eventos mais ou menos parecidos no mesmo local. Ou seja, o evento central “jogo de futebol” atraiu diversos outros eventos semelhantes, a saber, as percepções dos espectadores do jogo. Assim sendo, devemos admitir esse postulado, de acordo com Russell, para garantir que existe um mundo externo capaz de causar nossas percepções dentro de uma relação causal de eventos similares, o que ele irá chamar de complexo completo de copresença.

O que Russell está buscando assegurar é basicamente a superação de duas grandes objeções que o teórico da *co-instanciação* enfrenta a partir das críticas de Van Cleve – na verdade as críticas de Van Cleve podem ser sumarizadas em três objeções formais, porém a objeção (1) se dilui na superação de (2).

- (1) Uma coisa é um complexo de propriedades que se estão em uma relação contingente umas às outras a qual chama-se de *co-instanciação*;
- (2) Se uma coisa é um complexo de propriedades, todas as suas propriedades seriam essenciais a ela. Pois é essencial para um complexo que ele contenha os mesmos constituintes nele presentes;



- (3) Se uma coisa é um complexo de propriedades, seria impossível duas coisas possuírem as mesmas propriedades. Logo, BT requer o Princípio de identidade dos indiscerníveis (PII) como verdade necessária. Mas PII não é uma verdade necessária.

Para iniciar o contra-ataque às objeções apresentadas acima, é necessário primeiro que endereçemos corretamente os problemas às suas devidas instancias. Como bem pontua Casullo (1987), podemos responder tais objeções pela resolução de dois problemas, a saber, (i) o da *indivisão* e o da (ii) *identidade ao longo do tempo*. Russell, irá assumir que um evento único ocupa uma quantia finita do espaço-tempo. Ademais, que dois eventos complexos podem se sobrepor ao outro no espaço e no tempo e que nenhum evento pode se repetir. Essa afirmação é bastante importante justamente porque Russell inicia a argumentação com três noções de indivíduos: (a) a visão de Leibniz que diz que o indivíduo é constituído por qualidades; quando todas as suas qualidades forem enumeradas, ele é totalmente definido. Porém, pontos no espaço-tempo são considerados como eventos particulares e não são enumerações totalmente definidas, ao que Russell chama por '*Raw material*', que seria tudo aquilo que não é capaz de se repetir no tempo enquanto qualidade. Isto significa que se A precede totalmente B, A e B não são idênticos. Neste sentido, esses eventos são provisoriamente entendidos como "particulares" que se adequam a segunda das três noções acerca do particular que parte de Tomás de Aquino e diz que (b) um particular é definido pela sua posição no espaço-tempo.

Se admitirmos o que Russell denomina por '*raw material*' como particulares, temos que dessa forma é possível assumir 'pontos' no espaço-tempo que possuem uma referência com um complexo de eventos. A grande dificuldade encontra-se na afirmação leibniziana, no entanto. Pois o "*raw material*" não contém nada que possa se repetir enquanto que uma qualidade pode ocorrer num número indeterminado de lugares. O argumento central de Russell é que se entendermos a realidade como qualidades, teremos que admitir que as partes temporais da realidade são totalmente repetíveis também. Russell não está negando que o tempo possa ser cíclico, como ele mesmo diz acerca de como os Estoicos compreendiam o



*Teoria do feixe e teoria do substrato: uma análise acerca do problema da individualização e da co-instanciação entre propriedades como fundamentação metafísica do objeto singular*

CARVALHO, R. L. S. S.

tempo. Mas é empiricamente improvável que existam partes temporais iguais ao longo do tempo e que eventos poderiam ser totalmente repetíveis; portanto, se A precedesse totalmente B ou se seguisse de B, não haveria razões para negarmos que A e B são idênticos. Ou seja, o que chamamos de arranjo espaço-tempo, na qual verificamos uma série de eventos contíguos numa cadeia causal complexa, não seria meramente possível.

Neste sentido, somos obrigados a aceitar algo que não comprometa a sucessão de eventos particulares, mas que não seja a mera noção de substância. Para isso, saímos do entendimento de qualidade simples para o que ele chama de complexo de qualidades. Russell apresenta um exemplo psicológico do que pretende demonstrar e digamos que, ao vermos uma cor, estamos simultaneamente a ouvir uma música que começa a tocar no rádio e, ao mesmo tempo, sentimos um cheiro de bolo recém preparado. Todas as experiências, segundo ele, estão agora em relação de *copresença*. E tudo o mais que pudermos imaginar ser capazes de estar em contiguidade com essas mesmas experiências de eventos podem ser adicionadas ao grupo e estará em relação de copresença com os demais. Assim, podemos formar um grande grupo no qual as experiências presentes estão em copresença com todas as outras. Segundo Russell, um grupo desse tipo possui duas propriedades (a) *a que todos os membros do grupo são copresentes* e que (b) *não há nada fora do grupo que não esteja copresente com cada membro do grupo*. Logo, ele concede a esse grupo o nome de Complexo completo de copresença (*Complete complex of compresence*).

Aqui é pertinente citar Russell logo após essa argumentação, que é uma passagem importante para o *perdurantismo*:

Suponho que tal complexo seja constituído por elementos que, na ordem natural das coisas, podem pertencer a muitos outros complexos. A tonalidade da cor C, por exemplo, como supusemos, se repete toda vez que alguém vê um arco-íris com clareza. Minha recordação pode ser qualitativamente indistinguível de uma recordação que tive ontem. Minha percepção de uma dor de dente pode ser exatamente a mesma que senti antes da minha última visita ao dentista. Todos esses elementos do complexo de copresença podem ocorrer frequentemente e não são intrinsecamente datados (Bertrand Russell, 2009, p. 256, tradução minha).

A partir dessa citação é possível ver com clareza como não é difícil destruir a objeção (2) de Van Cleve. Objeção essa que podemos endereçar como o problema (ii) acerca da



*Teoria do feixe e teoria do substrato: uma análise acerca do problema da individualização e da co-instanciação entre propriedades como fundamentação metafísica do objeto singular*

CARVALHO, R. L. S. S.

identidade ao longo do tempo. Por conseguinte, ao atacarmos a objeção (2) a objeção (1) automaticamente se mostra, também, ineficiente. Vejamos. Bem como aponta Casullo (1987), ambas primeiras objeções de Van Cleve baseiam-se na assunção de que coisas temporárias são complexos de propriedades. Casullo reformula a primeira objeção com base no entendimento de que constituintes de coisas momentâneas devem ser propriedades ao invés de coisas; e também devem estar relacionados ‘a um’ (*at a time*) determinado tempo ao invés de ‘durante’ (*over a period*) um período de tempo. Ao que se chega à conclusão de que

(1\*) *Uma coisa momentânea é um complexo de propriedades as quais todas estão em relação de co-instanciação umas as outras.*

Assim sendo, meio que que já obtemos uma forma de rejeitar (1) de Van Cleve em aceitação de (1\*) de Casullo e assim superar (1) com uma simples reformulação terminológica. Mas, indo adiante, dentro do próprio exemplo usado por Van Cleve, se o complexo *FGH* está em relação *R* com o complexo *FGK*, logo a única e mesma coisa contínua (ou durável) mudou suas propriedades. Há neste cenário montado por Van Cleve uma substituição de uma coisa momentânea por outro diferente. Mas temos que considerar que mesmo um defensor de permanentes (*continuants*), irá concordar que (i) partes temporais de uma coisa são também coisas; e (ii) sempre que uma coisa muda suas propriedades, uma parte temporal é substituída por outra diferente. Casullo argumenta que o fato de que ambas as partes temporais “pertencem” a um permanente (*continuant*) não faz tais partes idênticas. O argumento de Casullo aqui é que mesmo que cada complexo momentâneo de propriedades possua suas propriedades constituintes essencialmente, não se segue disso que uma coisa perdurante (*enduring thing*) a qual contém o complexo como uma parte temporal possua tais propriedades essencialmente. O que temos que ter em mente é que o BT concebido nos termos de Casullo, afirma que coisas momentâneas são complexos de propriedades *co-instanciadas*, coisas perdurantes (*enduring things*) não. Nas palavras de Casullo, “*uma coisa permanente é uma série temporalmente estendida de coisas momentâneas*” (Casullo, 1987, p. 129).

É neste sentido, um fato contingente que alguma coisa particular momentânea pertença a séries temporais que constituam alguma coisa particular permanente (*particular*



*enduring thing*).

Vamos ilustrar o caso com a ponto de Van Cleve outra vez:

(P1) Um complexo cujos constituintes são  $F$ ,  $G$ , e  $H$  poderiam não terem existido com  $F$ ,  $G$  e  $K$  como seus constituintes.

Segue-se que:

(C1)  $H$  é uma propriedade essencial de um complexo momentâneo  $FGH$ .

O argumento de Casullo é o do que se uma coisa  $a$  possui  $FGH$  como parte temporal num tempo  $t$ , não se segue que  $a$  possui  $H$  como propriedade essencialmente. O que claramente está sendo demonstrado é que o fato de o particular permanente  $a$  possuir um complexo temporal  $FGH$  não impossibilita que  $a$  possua outras partes temporais que não contenham  $H$  como constituinte.

A citação de Russell abre precedentes para a mesma interpretação, uma vez que, ele parece sugerir que partes temporais não cessam de maneira distinguível umas das outras. A dor que sinto hoje no dentista por ser colecionada à visita de hoje e todos esses eventos fazem parte do complexo “(...) *minha recordação pode ser qualitativamente indistinguível de uma recordação que tive ontem. Minha percepção de uma dor de dente pode ser exatamente a mesma que senti antes da minha última visita ao dentista. Todos esses elementos do complexo de copresença podem ocorrer frequentemente e não são intrinsecamente datados*”. Isto sugere o que se entende por *perdurantismo*. A ideia de que o indivíduo é constituído por todas as suas partes temporais e não apenas o que está no tempo presente: a este posicionamento contrário damos o nome de *presentismo*.

Para exemplificar poderíamos imaginar um feixe  $FGH$  como sugere Van Cleve num tempo  $t_1$ . De acordo com Russell, esse feixe é constituído por várias propriedades copresentes



*Teoria do feixe e teoria do substrato: uma análise acerca do problema da individuação e da co-instanciação entre propriedades como fundamentação metafísica do objeto singular*

CARVALHO, R. L. S. S.

em um momento. Para ficar claro como Casullo supera as objeções (1) e (2) de Van Cleve, consideremos essas propriedades separadamente.  $F$  sendo a propriedade de ser uma criança,  $G$  sendo a propriedade de ter cabelo castanho e a propriedade  $H$  como sendo a característica de estar andando de bicicleta.  $FGH$  é, pelo postulado de Russell, uma coinstanciação de  $F$ ,  $G$  e  $H$  numa certa porção do tempo-espaço. Ou seja, tais propriedades encontram-se em relação de copresença umas com as outras. As perguntas que podemos levantar a partir da objeção de Van Cleve é: se trocarmos a propriedade  $H$  (estar andando de bicicleta) pela propriedade  $K$  (estar andando sem bicicleta) o indivíduo se mantém o mesmo? Quais dessas propriedades constituintes do feixe em questão  $\{FGH\}$  são essenciais para sua *individuação*? O feixe  $\{FGK\}$  passa ser outro indivíduo? A resposta de Russell e Casullo é bastante simples, neste sentido. Ambos estão levando em conta a explicação perdurantista, e por isso dizemos que falamos do mesmo indivíduo.

O que é essencial, no entanto, como já argumenta Russell é o estado de copresença entre as propriedades que constituem o feixe. Voltando a questão do indivíduo, assumindo a postura perdurantista, como o indivíduo não é apenas formado por um momento, mas sim, pela soma de vários momentos, ou partes temporais, temos o mesmo indivíduo apenas com partes temporais diferentes somadas a ele. A parte temporal  $t_1$  traz o feixe copresente numa porção do espaço-tempo composto por  $FGH$  e no momento  $t_2$ , o composto copresente em outra porção do espaço-tempo  $FGK$ . Logo que assumimos que um indivíduo momentâneo ( $t_1$ ) é subindivíduo de outro momentâneo de ( $t_2$ ) estamos relatando que existem feixes de feixes. O indivíduo perdurante pode ser compreendido como a soma desses dois indivíduos sob uma dependência ontológica. Assim, podemos afirmar  $a$  como  $\{FGH_{t_1} + FGK_{t_2}\}$ . E isto não implica na contradição de dizer que o indivíduo está *andando de bicicleta* e ao mesmo tempo *andando a pé*, pois são características instanciadas em diferentes porções do espaço-tempo.

Assim conseguimos superar (1) contestando que não é a “coisa” o complexo de propriedades e sim “a coisa momentânea” o complexo de propriedades. Demonstrando assim que as partes temporais estão somadas ao indivíduo e por isso também (2) não apresenta problemas. Uma vez que, nem todas as propriedades constituintes de um feixe pertencem





essencialmente a ele. Na próxima seção, pretendo responder à objeção (3) de Van Cleve através do experimento das esferas de Black. Para tal, usarei a noção de *verificabilidade ato/objeto* como objeção própria.

#### 4.2 Objeção da verificabilidade ato/objeto

Podemos traduzir o *Princípio da identidade dos indiscerníveis* (PII) da seguinte forma: se *a* possui as mesmas propriedades que *b*, *a* e *b* são iguais. Ainda mais forte que isso, parece ser afirmar a partir desse princípio que, *a* e *b* sequer poderiam ser cogitados separadamente, pois constituem o mesmo objeto. Em notação da lógica formal teríamos que:

$$\forall x \forall y \left( \left( \forall F (F(x) \leftrightarrow F(y)) \right) \rightarrow x = y \right)$$

Logo, necessariamente se dois objetos compartilham as mesmas propriedades, eles não são dois objetos e sim um. Dentro da lógica clássica esse princípio é bastante importante na tradição filosófica. Isto porque através da Lei de Leibniz se é possível identificar logicamente determinados indivíduos pelas propriedades que instanciam. Max Black em seu artigo “*The identity of indiscernibles*” (BLACK, 1952), nos apresenta em forma de diálogo como tal princípio traz impacto, tanto à lógica quanto à própria filosofia. No referido artigo, temos a apresentação do debatedor *A* e o debatedor *B*. O debatedor *A* em questão irá defender o princípio enquanto uma verdade óbvia – além de necessária. Enquanto que o debatedor *B* irá negar tal princípio como uma verdade necessária. Essa argumentação é cara para o teórico do feixe. Como já foi argumentado ao longo deste trabalho, o teórico do feixe por afirmar que a individuação depende das propriedades que tal objeto instancia, pode ou não estar comprometido com o PII. Existem muitas frentes de ataque a respeito do PII contra os teóricos do feixe. Van Cleve, como visto, fez uma dessas frentes, assim como Armstrong (1978). No entanto, um momento específico do artigo de Black me chamou especial atenção. Para que o leitor entenda o experimento vamos ao relato. Os debatedores *A* e *B* discutem o seguinte experimento mental: imagine que existe um mundo no qual não há nada além nele do que duas esferas metálicas idênticas umas às outras. Temos que assumir que essas duas



*Teoria do feixe e teoria do substrato: uma análise acerca do problema da individuação e da co-instanciação entre propriedades como fundamentação metafísica do objeto singular*

CARVALHO, R. L. S. S.

esferas possuem exatamente o mesmo peso, o mesmo tamanho, textura e, enfim, a mesma *estrutura*. E quero dedicar especial atenção à essa palavra; *estrutura*.

Agora postulado o experimento: quais problemas enfrenta o teórico do feixe a partir disso? Bem, se o PII for aceito como verdade necessária, neste cenário hipotético o teórico do feixe se vê obrigado a admitir que na realidade não se trata de duas esferas e sim uma. Isto porque o teórico do feixe também está comprometido com a afirmação de que o indivíduo é (V1) ou um conjunto de propriedades, ou (V2) que um indivíduo é composto pela relação de copresença entre propriedades numa porção do espaço-tempo, ou que (V3) o indivíduo é mera tradução de propriedades. De qualquer modo, seja o teórico do feixe adepto de (V1), (V2) ou (V3), todos estão depositando as fichas na individuação de uma “coisa” pelas suas propriedades. Então, agora nós temos um problema. Dentro do experimento de Black, o teórico da (V1) prontamente se vê em apuros e não me cabe aqui salva-lo. Mas, além de todos os problemas de compreendermos um feixe como mero conjunto de propriedades levantadas por Van Cleve, aqui nesse experimento poderíamos dizer que o teórico da (V1) se verá obrigado a admitir que a junção dessas propriedades num feixe culmina em uma coisa só. E não há individuação que não fira o PII neste caso.

E sobre isso não há muito o que se argumentar. Para o teórico da (V2), como Russell, a resposta pode mudar. Pois já que o grande desafio gira em torno da identidade ( $a=a$ ) dizer que faz parte da propriedade da esfera ser igual a ela mesma, o defensor de universais imanes enquanto propriedades poderá argumentar que estar a uma determinada distância de si mesma nada mais é que afirmar um feixe de universais localizado a uma distância de si mesmo. Isto porque o realista imanente como Russell irá defender que é uma característica básica do universal estar a uma distância de si mesmo. Justamente porque universais podem ser multiplamente localizáveis ou repetíveis e, ainda assim, serem numericamente idênticos. Ao fim, parece que se a compreensão do teórico do feixe for a mesma que de Russell sobre propriedades como universais, tanto (V1) quanto (V3) se salvam no fim das contas e não seriam contrários ao PII.

A minha objeção, no entanto, conecta-se com o que é dito no meio do diálogo. A saber,



*Teoria do feixe e teoria do substrato: uma análise acerca do problema da individuação e da co-instanciação entre propriedades como fundamentação metafísica do objeto singular*

CARVALHO, R. L. S. S.

que não seria possível dizer qual esfera seria *a* e qual esfera seria *b*. Isto porque não haveria ninguém para observá-las. Desde que a objeção da localidade foi superada com os universais imanentes, resta o primeiro problema da *verificabilidade*. Sobre isso *A* e *B* discutem:

A. Tudo isso leva a mostrar, como eu disse antes, a não verificabilidade de sua suposição. Você não pode imaginar uma esfera ser designada como 'a'?

B. Eu posso imaginar somente o que é logicamente possível. Agora é logicamente possível que alguém possa entrar no universo que descrevi, ver uma das esferas na sua mão esquerda e proceder chamando-a de 'a'.

Aqui, quero chamar a atenção para o ponto de *B*. Parece que o ponto de *B* afirma um novo experimento no qual tem-se um mundo com não mais com duas esferas e sim um mundo com três objetos: um homem ou mulher segurando duas esferas. E por mais que isso pareça ferir o próprio desafio de *A* ainda é logicamente possível que um sujeito possa ser o observador dessas esferas. Meu ponto é: toda a estrutura de aparência é em suma uma estrutura complexa de relações entre propriedades. Argumento isso com base na análise da estrutura das qualidades dos objetos físicos com base na análise das sensações. Segundo Forrest em seu artigo *Universals as sense-data* (Forrest, 2005), as propriedades de um objeto só são possíveis devido a relação diádica do objeto com o observador. Essa relação é em si um universal.

O que faz com que todas as propriedades presentes nas esferas sejam em si também relações entre universais complexos. De acordo com Forrest, estar presente *em-forma-esférica-metálica-a-frente-de* configura uma estrutura atômica de propriedades que na realidade são apenas relações entre universais. Apresentar essa tal relação complexa é o mesmo que estar apresentado à consciência perceptual de alguém capaz de capturar tanto a relação dessas propriedades, ao mesmo tempo que também está em relação à alguma estrutura necessariamente. Todas as propriedades que a esfera exemplifica, em suma, inclusive sua orientação, só é concebível por ser um tipo de relação capaz de ser exemplificada por um objeto material e um observador. O que me leva à segunda parte do meu ataque: por mais



que pudermos imaginar duas esferas como propõe *A*, ainda assim os objetos concebíveis mentalmente podem ou não ter propriedades diferentes, como podemos imaginá-las como três esferas, ou uma sobre a outra, ou uma maior que a outra. E por mais que consigamos visualizar mentalmente as mesmas esferas, estamos analisando um fragmento imagético presente na nossa introspecção que pode ser e não ser ao mesmo tempo.

Se é proposto que entendamos que há duas esferas a uma determinada distância uma da outra e que possuem as mesmas propriedades sem serem uma e a mesma coisa, isto estará totalmente presente na nossa imaginação. O que parece ferir logicamente o PII.

Portanto, argumento que (i) *A* comete uma petição princípio justamente por já pressupor que tais esferas são duas e ainda possuem as mesmas propriedades e (ii) que a provação do indivíduo *B* tem não apenas um ponto logicamente possível, como também necessário se quisermos aferir a diferença de dois indivíduos a partir das propriedades que instanciam. Se é logicamente possível, não há motivos para negar que o experimento falha por não considerar um observador capaz de instanciar as relações dessa estrutura e consequentemente afirmar se há ou não um e não dois objetos em relação um ao outro.

O ponto central da minha objeção se concentra no fato de que o fundamento metafilosófico do experimento de *A*, falha ao não levar em conta a dependência relacional da individuação — ou seja, a individuação de um objeto (inclusive em um experimento imaginado) depende da relação com um sujeito, ainda que seja um sujeito imaginário. O que procuro demonstrar aqui é que não é possível conceber duas esferas absolutamente idênticas e discerníveis sem pressupor a presença de um sujeito — o que já basta para quebrar a ideia de que há individuação puramente objetiva ou metafísica sem relação. A objeção de *A* — que sustenta a possibilidade da existência de dois objetos absolutamente idênticos e discerníveis mesmo na ausência de um sujeito — incorre em um erro metafilosófico ao negligenciar o papel da relação sujeito–objeto na constituição do objeto singular. Me baseando na proposta de Forrest (2005), é possível argumentar que qualquer experiência de individuação depende da apresentação de um ou mais universais estruturados a um sujeito, mesmo que esse sujeito seja imaginário. O próprio experimento mental das esferas exige um



ponto de vista (uma perspectiva), o que já pressupõe a presença de uma estrutura relacional entre propriedades e um centro de experiência.

Forrest (2005), ao conceber os universais como sense-data — isto é, como estruturas relacionais perceptíveis — mostra que não há dado objetivo puro, mas apenas relações possíveis entre qualidades e sujeitos. Portanto, a tentativa de *A* de imaginar dois objetos absolutamente idênticos como discerníveis, mas fora de qualquer relação com um sujeito, é logicamente incoerente. Não há individuação sem relação. O exercício imaginativo de *A* falha justamente por ignorar que não se pode conceber propriedades desprovidas de um sistema relacional mínimo que as vincule a um campo de apresentação (perceptivo, imaginativo ou racional). Assim, a própria estrutura do experimento proposto por *A* trai sua conclusão, pois pressupõe exatamente o que pretende negar: a existência de um sujeito como condição da individuação.

Para elucidar meu ponto, partirei para a formalização lógica da tese presente no argumento do interlocutor *A*, a saber, de que existem dois objetos distintos, *a* e *b*, que possuem exatamente as mesmas propriedades, mesmo que não haja um observador que os diferencie. Na notação lógica, temos que:

1.  $\forall P(P(a) \leftrightarrow P(b))$   
(Todos os predicados aplicáveis a *a* aplicam-se a *b* e vice-versa)
2.  $a \neq b$   
(Mesmo assim, *a* e *b* são distintos)
3.  $\neg \exists s R(s, a) \vee R(s, b)$   
(Não há sujeito *s* que se relacione com *a* ou *b*; ou seja, o experimento não supõe observador).

A partir do ponto de vista de Forrest (2005), a minha objeção pode ser expressa como se segue:

4. Toda propriedade é constituída fenomenologicamente em relação a um sujeito:  
$$\forall x \forall P [P(x) \rightarrow \exists s R(s, x, P)]$$

(Se algo possui uma propriedade, é porque há um sujeito *s* que se relaciona com *x* através dessa propriedade *P*)

5. Se não há relação com sujeito, não há individuação:  
$$\forall x \forall y [\neg \exists s (R(s, x) \vee R(s, y)) \rightarrow x = y]$$



(Sem relação perceptiva com ao menos um sujeito, dois objetos indiscerníveis são logicamente idênticos)

6. Logo, a tese de A:

$$\forall P(P(a) \leftrightarrow P(b)) \wedge a \neq b \wedge \neg \exists s (R(s, a) \vee R(s, b))$$

é logicamente inconsistente com os princípios da individuação relacional. Deriva-se a partir disso a seguinte contradição:

- $\forall P(P(a) \leftrightarrow P(b)) \Rightarrow a = b$  pela identidade de indiscerníveis (Leibniz)
- Mas A afirma  $a \neq b$ , violando o princípio de identidade.

Mais ainda, como não há sujeito  $s$ , nenhuma relação  $R(s, a)$  ou  $R(s, b)$  é possível, o que torna a atribuição de propriedades a  $a$  ou  $b$  indefensável sob a sua estrutura relacional. A proposta do interlocutor A, portanto, implica na seguinte conclusão formal:

7. Atribuição de propriedades sem sujeito  $\rightarrow \exists P P(a)$  sem  $\exists s R(s, a, P)$

8. Duas entidades idênticas em todas as propriedades  $\rightarrow a = b$ , mas afirma  $a \neq b$

Isso configura uma violação lógica dos princípios da identidade e da condição relacional da predicação.

Em outras palavras, ao remover o sujeito da experiência (mesmo que imaginado), remove-se também a possibilidade de qualquer instanciação significativa de propriedades. Conforme argumenta Forrest (2005), os universais que compõem a aparência fenomênica de um objeto estão estruturados relacionalmente, e sua apreensão se dá unicamente na relação entre sujeito e propriedades sensíveis. Não existe “aparência de ser redondo” ou “estar à frente” sem que essa estrutura seja apresentada a um centro de percepção.

O experimento das esferas de Black, portanto, colapsa não porque seja logicamente inválido imaginar objetos idênticos, mas porque sua inteligibilidade requer a reinstauração de um sujeito capaz de qualificar e apreender relações. Não há individuação sem relação.

Uma vez temos definido a função relacional  $\varphi R$ , obtemos o que segue:

(1) Seja  $\varphi R(PS, x)$ : função relacional de percepção, onde PS corresponde à experiência perceptiva do sujeito S em relação ao objeto x.

E, nesse sentido, toda predicação de propriedades a um objeto depende de uma função perceptual relacional do tipo:



$$(2) \varphi R(PS, o) = \{U \mid P(S, o) \wedge U \in \text{Universais}\}$$

Onde “S” é o sujeito e “o” o objeto percebido. Essa estrutura já pressupõe a existência do sujeito como condicional para que qualquer universal possa ser aplicado. Não há “esfera metálica” sem relação com uma instância subjetiva de apreensão. Portanto, ao tentar imaginar duas esferas idênticas fora de qualquer relação, A pressupõe um mundo onde as propriedades estão “flutuando” sem amarra fenomênica, o que é incoerente com a própria definição de propriedade perceptível.

#### 4. Conclusão

Pretendi com este artigo apresentar como a teoria do feixe se estrutura a partir da reação na noção de substrato presente em Locke. Como visto, Locke é um teórico do substrato. Isto implica dizer que a individuação para ele se dá por algo anterior às propriedades presentes nesse objeto singular. Em contrapartida, Hume, ao realizar uma objeção à noção de *self* dentro da discussão da identidade pessoal, acaba por catapultar a teoria do feixe e assim ocorre o surgimento e sua formalização explicitamente defendida por Russell. Busquei logo em seguida apresentar brevemente três versões da teoria do feixe. Em seguida, destaquei como o conceito de *copresença* de Russell se mostra como uma versão bastante razoável para teorização do indivíduo. Assim, apresentei como Casullo e Russell estavam consonantes em relação as suas concepções de *co-instanciações*. Casullo pretendeu aprimorar e deixar claro, o que não foi percebido com tanta clareza em Russell acerca da teoria do feixe. Ele inaugura então a noção de feixes de feixe, compreendidos como somas de relações de *co-instanciações* de propriedades numa porção do espaço-tempo. Isto também estava presente em Russell, porém Van Cleve assim como Armstrong, pareceram ignorar que Russell já teria possivelmente respondido às suas objeções em *Human Knowledge*. Assim sendo, pretendi expor como as três principais objeções de Van Cleve são facilmente superadas através de Casullo, e ao fim pretendi contribuir com uma objeção desenvolvida por mim através da análise de Peter Forrest acerca da estrutura de aparência. Argumentando que, (i) o problema da verificabilidade ato/objeto nos leva a conceber qualquer coisa na imaginação que se queira





*Teoria do feixe e teoria do substrato: uma análise acerca do problema da individualização e da co-instanciação entre propriedades como fundamentação metafísica do objeto singular*

CARVALHO, R. L. S. S.

pressupor para validar ou não algum argumento e (ii) que o objeto estar presente *assim-e-lá* demanda uma relação entre observador e objeto material para ser exemplificada.

### Bibliografia

- ARMSTRONG, D. M. *Perception and the Physical World*. London: Routledge & Kegan Paul, 1961.
- ARMSTRONG, D. M. *Bodily Sensations*. London: Routledge & Kegan Paul, 1962.
- ARMSTRONG, D. M. *Nominalism and Realism: Volume 1: Universals and Scientific Realism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- ARMSTRONG, D. M. *A Theory of Universals: Volume 2: Universals and Scientific Realism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- ARMSTRONG, D. M. *Universals: An Opinionated Introduction*. Colorado: Westview Press, 1989.
- ARMSTRONG, D. M. *A Materialist Theory of the Mind*. Revised ed. London: Routledge, 1993.
- BLACK, M. *The Identity of Indiscernibles*. *Mind*, New Series, v. 61, n. 242, p. 153-164, Apr. 1952.
- CASULLO, A. *Russell on the Reduction of Particulars*. *Analysis*, v. 41, n. 4, p. 199-205, out. 1981.
- CASULLO, A. *A fourth version of Bundle Theory*. 1987. p. 125-139.
- CLEVE, J. V. *Three Versions of the Bundle Theory*. *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*, v. 47, n. 1, p. 95-107, jan. 1985.
- DAMO, H. *Fundamentos para uma metafísica de universais imanentes: um esboço de uma teoria de indivíduos como feixe de qualidades espaçotemporais repetíveis*. Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2017.
- FORREST, P. *Universals as sense-data*. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 71, n. 3, p. 622-631, nov. 2005.
- HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1999.
- RUSSELL, B.; SLATER, J. G. *Human Knowledge: Its Scope and Limits*. London: Taylor & Francis Routledge, 2009.
- SANFORD, D. H. *Armstrong's Theory of Universals*. *The British Journal for the Philosophy of Science*, v. 31, n. 1, p. 69-79, mar. 1980.